

Uma reserva de mercado também para os políticos?

A proximidade das eleições de novembro e as alterações provocadas no mecanismo político brasileiro pelo plano antiinflacionário estão deixando inquietos os atuais senadores, deputados federais e deputados estaduais. É generalizado o temor da classe política ante o próximo teste das urnas de novembro. O pacote econômico e a importância da Constituinte geraram novos tipos de exigências e expectativas no eleitorado, e as principais vítimas dessa nova situação poderão ser mesmo os políticos apegados ainda a um estilo de comportamento e atuação que já não corresponde mais aos anseios e às necessidades da sociedade brasileira. Cálculos bastante otimistas prevêem que pelo menos 60% dos atuais deputados federais não conseguirão um novo mandato a partir do próximo ano.

Esse quadro, facilmente perceptível faltando ainda pouco menos de nove meses para o pleito, está levando os deputados e senadores a concentrarem toda a sua atenção na busca de imaginosas fórmulas que lhes garantam a sobrevivência política. Até aí, nada de mais, se essas preocupações estivessem centradas em certos princípios democráticos e as vantagens e restrições a serem impostas aos candidatos fossem válidas para todos. Não é isso, porém, o que está em gestação nos gabinetes do Congresso Nacional. O que se pretende é simplesmente dificultar as pretensões de quem desejar, pela primeira vez, disputar um cargo público, para garantir a reserva de mercado para os que já têm um mandato parlamentar.

Do Congresso Nacional, das Assembléias Estaduais e dos partidos políticos partem pressões, fortíssimas, para que o governo federal envie ao Parlamento uma proposta disciplinando os gastos eleitorais com o propósito de impedir que o uso abusivo do poder econômico influencie o resultado eleitoral em detrimento da qualidade da representação popular. Já existe uma lei — a chamada Lei Etelvino Lins — que trata de alguns aspectos da questão e seria realmente saudável para a vida política brasileira que ela fosse aperfeiçoada, tornando-se mais rigorosa e mais eficaz. Até aqui, as restrições existentes pouco produziram de prático na hora da campanha.

Para ser realmente eficiente, a nova legislação sobre o abuso do poder econômico nas eleições deve contemplar todas as situações, em todos os níveis. Não duvidamos de que esta seja, aliás, a posição do presidente José Sarney e dos homens que o assessoram politicamente. Mas pelo que temos ouvido da classe política, pelas queixas que chegam diariamente aos jornais, esta não é a intenção dos deputados e senadores e dos homens ligados aos governos estaduais. Eles centram suas críticas principalmente nos empresários que se estão dispondo a disputar uma cadeira na Constituinte e que, segundo eles, estariam "montados em dinheiro" e omitem outros pontos importantes do processo.

Na realidade, o que eles pretendem com essas denúncias — ainda não comprovadas com fatos —, mais do que moralizar a campanha eleitoral, é tentar afastar e intimidar os novos concorrentes. A maior fonte de corrupção eleitoral tem sido, em todas as eleições passadas neste país — e tudo indica que será também nas próximas, se nada for feito —, a utilização do dinheiro público, das máquinas dos governos federal, estadual e municipal na campanha, em benefício de certos candidatos. Esta questão os políticos já tratam com mais cautela, só se arriscando a denunciar abertamente algum caso quando estão na oposição ou quando, mesmo pertencendo a um partido da situação, não conseguem usufruir das benesses oficiais. Haja vista a verdadeira corrida aos cargos públicos promovida pelo PMDB e pelo PFL no início da gestão do presidente José Sarney. Tratava-se de assegurar bons espaços nos órgãos públicos para transformá-los em verdadeiros escritórios eleitorais. Quando o presidente José Sarney reformou o Ministério, em fevereiro, o PMDB e o PFL quase entraram em luta corporal por algumas pastas, como a Previdência Social, a Educação, a Irrigação, consideradas de grande rendimento eleitoral. Em contrapartida, ninguém se mostrou interessado no Ministério das Relações Exteriores. Afinal, a chancelaria, como costuma dizer um dirigente partidário, "só dá voto em Gana". Os desentendimentos entre o governador Montoro e as bancadas estadual e federal do PMDB paulista não nasceram de qualquer divergência ideológica ou administrativa ou das falhas de seu governo e sim porque os deputados se consideraram preteridos na distribuição das secretarias e outros postos da administração estadual.

Em uma extensa reportagem neste último domingo, o jornal O Estado de S. Paulo mostra os absurdos que já estão sendo praticados com o dinheiro do contribuinte para garantir a eleição dos governadores, de seus amigos e afilhados. E a campanha nem começou oficialmente. O governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, ordenou que todos os secretários de Estado se candidatem para puxar votos, naturalmente com o apoio de suas secretarias. Em Minas Gerais — expediente em voga em vários outros Estados, inclusive no Rio de Janeiro — os secretários exonerados da Educação e de Assuntos Especiais continuam utilizando os gabinetes, automóveis e toda a estrutura dos órgãos em suas campanhas.

Extremamente duros quando pretendem controlar as doações para as campanhas e vigiar a contabilidade dos candidatos, os políticos mostram-se menos radicais quando se trata da máquina administrativa, pois são os que mais têm oportunidade de ser beneficiados com esse tipo de abuso, seja pelo uso puro e simples de funcionários, gráficas, carros e outras facilidades, seja, como aconteceu em 1982, pelos empréstimos a juros e prazos facilitados, verdadeiras doações dos bancos estaduais.

No caso específico dos deputados e senadores há uma agravante que eles procuram ignorar e escamotear quando colocam o tema em discussão. Em ano eleitoral, os principais serviços da Câmara e do Senado funcionam praticamente voltados para a campanha dos parlamentares. A gráfica do Senado — aquela mesma do trem da alegria — está totalmente assoberbada de trabalho produzindo material de propaganda para os congressistas. Este material é expedido da agência dos Correios no Congresso, com o uso da franquia postal e telegráfica a que eles têm direito. Os funcionários dos gabinetes é que cuidam da preparação de faixas e outros serviços. E quem paga tudo isso, desde o papel e a tinta gastos pela gráfica até as despesas do Correio e os salários e horas extras dos funcionários envolvidos na operação? A resposta é simples: a Câmara e o Senado. Como nenhum dos dois têm renda própria — vivem da dotação orçamentária distribuída pelo governo federal —, em última análise quem está pagando a festa é o contribuinte. Está aí caracterizada a utilização de dinheiro público em benefício de alguns cidadãos sem que seus representantes fiquem indignados e denunciem o delito.

Sempre entendemos que o abuso do poder econômico descaracteriza e fraudas os resultados de uma eleição e por isso defendemos a existência de uma legislação que realmente impeça essas distorções. Mas queremos que a nova lei abranja todos os delitos e não venha apenas para inibir os gastos privados e para liberar a orgia com o dinheiro do contribuinte. Os governantes e os parlamentares precisam mostrar que realmente querem uma eleição limpa e não apenas uma eleição para os apadrinhados do poder.